Gestão de riscos, proteção financeira e apoio à adaptação aproximam o setor segurador das discussões sobre cidades, agronegócio e infraestrutura



- Uma Conferência das Partes (COP) reúne governos para negociar respostas à mudança do clima. O setor de seguros se conecta a essa agenda ao avaliar riscos, apoiar medidas de prevenção e transferir parte das perdas financeiras causadas por eventos extremos. A proteção securitária pode contribuir para a adaptação de cidades, empresas e atividades rurais, mas não impede desastres nem cobre automaticamente todos os prejuízos.
- A COP31 será realizada de **9 a 20 de novembro de 2026** , em Antália, na Turquia. Entre os temas previstos estão adaptação aos impactos climáticos, financiamento para países em desenvolvimento e resiliência urbana. A conferência também terá uma agenda de implementação de soluções climáticas.

A dimensão financeira dessa agenda ganhou novo dado em 4 de novembro. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estima que países em desenvolvimento precisarão de cerca de **US$ 305 bilhões por ano até 2035** para adaptação climática. Em 2024, os fluxos internacionais públicos destinados a essa finalidade ficaram entre US$ 28,2 bilhões e US$ 31,7 bilhões. Mesmo que a meta de triplicar esses recursos até 2035 seja alcançada, o montante cobriria apenas de 20% a 29% das necessidades estimadas.

Como o seguro entra na agenda climática

A contribuição do setor segurador começa na análise dos riscos. Dados históricos, modelos e avaliações de exposição ajudam a compreender como eventos como enchentes, secas e vendavais podem afetar pessoas, imóveis, lavouras, empresas e infraestrutura. Esse conhecimento pode apoiar decisões de prevenção e planejamento.

O seguro também permite transferir parte do impacto financeiro de um evento coberto. Quando ocorre um sinistro previsto no contrato, a indenização pode ajudar famílias, empresas ou produtores a reparar danos e retomar atividades. A proteção depende das condições, dos limites e das exclusões da apólice.

Há ainda uma conexão com o financiamento de projetos. Ao identificar e administrar riscos, seguradoras podem contribuir para reduzir incertezas que afetam obras e investimentos. Essa atuação pode complementar outras formas de financiamento e iniciativas públicas; não significa que toda obra resiliente será automaticamente segurada ou financiada. A Iniciativa Financeira do PNUMA (UNEP FI) descreve a gestão e a precificação de riscos como parte da contribuição das seguradoras para ampliar o financiamento da adaptação e da resiliência.

Por isso, a relação entre COP e seguros não se limita à indenização depois de uma catástrofe. Ela envolve também informação, prevenção e discussão sobre como repartir riscos entre governos, empresas, comunidades e instituições financeiras. A parceria entre esses atores é complementar: o seguro não substitui obras, planejamento urbano, sistemas de alerta nem políticas de redução de vulnerabilidades.

A lacuna de proteção no Brasil

- Um estudo da CNseg, o ***Radar de Eventos Climáticos e Seguros no Brasil***, estimou **R$ 184 bilhões em prejuízos** associados a 67 eventos climáticos significativos entre 2022 e 2024. Segundo o levantamento, 9% dessas perdas estavam protegidas por apólices de seguro. O dado ajuda a dimensionar a lacuna de proteção no recorte analisado, mas não significa que todo prejuízo restante pudesse ser segurado ou que uma apólice cobrisse qualquer tipo de dano.
- Na COP30, em Belém, a CNseg lançou seu Hub de Inteligência Climática, que reúne estudos e ferramentas para ampliar a compreensão dos riscos. Para a COP31, a Confederação prevê participar de debates sobre financiamento climático, cidades resilientes, agronegócio e infraestrutura. Em entrevista ao Notícias do Seguro, a diretora de Sustentabilidade da entidade, Claudia Prates, apresentou esses temas como frentes da participação da CNseg na conferência.

A discussão nas COPs ajuda a aproximar a política climática de instrumentos financeiros que podem apoiar a adaptação. Para o setor segurador, o desafio é contribuir com avaliação de riscos e proteção financeira em soluções adequadas a cada contexto. Para governos e comunidades, permanece essencial reduzir a exposição aos perigos e garantir que a prevenção faça parte do planejamento.

Fonte: CNseg, em 04.11.2026